

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MODERNISMO BRASILEIRO E A LÍNGUA PORTUGUESA

19
aula

META

Apresentar a chegada do purismo gramatical no Brasil.

OBJETIVOS

A partir desta aula o aluno deverá:

- descrever o panorama sócio-cultural e lingüístico da segunda metade do século XIX, focalizando a atuação de gramáticos e escritores em relação às diferenças de uso oral e escrito do português do Brasil;
- exemplificar o movimento purismo no Brasil e sua produção de gramáticas conforme a concepção clássica de norma lingüística;
- identificar as primeiras reações do início do século XX ao excesso de purismo gramatical vigente no país.

PRÉ-REQUISITOS

A aula número 18 que contém a questão da língua brasileira entre separatistas e dialetistas.



Cruz e Sousa (Fonte: <http://images.google.com.br>).

Na aula anterior, focalizamos a questão da língua brasileira como um acontecimento histórico-cultural e lingüístico derivado da euforia nacional regradada e movida pelos fluidos da emancipação política.

INTRODUÇÃO

Dialetista

Denominação atribuída aos defensores das diferenças (variações) lingüísticas de uma mesma língua, no caso que nos interessa aqui, do português.

Geografia lingüística

Método de investigação lingüística que procura situar, numa área geográfica, determinada pela “linha isoglossica” (isoglossa = linha imaginária que delimita a zona de um fenómeno lingüístico peculiar) ou traços característicos de um falar. Por exemplo: em uma determinada região, pronuncia-se “compania” – sem “nh”, no entanto, na região vizinha, pronuncia-se “companhia”, com “nh”. Então, até onde se estende uma pronúncia e começa a outra? Essa linha, essa fronteira imaginária é a “isoglossa”.

A polémica gerada em torno da questão da língua brasileira dividiu-se em duas correntes: a dos separatistas que viam no português do Brasil uma nova língua, e a dos

dialetistas que defendiam tratar-se de uma mesma língua portuguesa, embora com variações dialetais que são comuns a línguas que se expandem para além de seu território de origem.

Até mais ou menos a década de 1880, essa polémica se mantém e, por força do próprio avanço dos estudos lingüísticos, principalmente de lingüistas como o norte-americano William D. Whitney (1827-1894), que defende, em sua obra *Vida e crescimento da linguagem*, de 1874. Nela enfatiza o aspecto social da linguagem, levado avante pelas pesquisas europeias de **geografia lingüística** e de **dialetologia**. Naturalmente, esse clima de avanço das pesquisas lingüísticas, na época, abranda as questões mais radicais, sem base científica, sobre mudança e variação lingüística, como o que se discutem no âmbito da polémica romântica a respeito da língua brasileira.



William Dweight Whitney (Fonte: <http://www.unc.edu>).

De toda a discussão eufórica sobre as particularidades da língua brasileira que lhe concediam autonomia em relação ao português de Portugal, infelizmente, nos restou, como ironia da história, não um progresso ou evolução, mas um retrocesso que a ideologia e a estética realista, de certa forma, patrocinaram.

À última geração de escritores românticos (terceira geração), representada pelo poeta Castro Alves (1847-1871) sucederia, entre nós brasileiros, um movimento de reação vernaculizante (diga-se purista), que foi logo bem aceito pelo Realismo, empenhado que estava em se opor à ideologia romântica, e, principalmente nos domínios da poesia, e ainda por sua vertente – o Parnasianismo – que instaurou o culto da **forma** em detrimento do **conteúdo**. Nesse afã de se opor ao ideário romântico da livre forma de expressão, os poetas parnasianos não pouparam de capitular o estilo romântico de incorreto estética e lingüisticamente. Todo esse movimento (reação) que tende à restauração da vernaculidade do idioma consegue desfavorecer, atrasar, os estudos lingüísticos no país, com indisfarçáveis prejuízos a nossas letras e ao ensino, mais aberto, da língua portuguesa. No início, nem mesmo um João Ribeiro escapou da influência purista carregada por essa reação. As primeiras edições de sua *Gramática Portuguesa* (1885, 1886, 1887) atestam a sua preferência (de João Ribeiro) por questões de morfologia, etimologia e sintaxe, na direção excludente e purista em vigor e conforme a orientação parnasiana.

Mais adiante, por volta da última década do século XIX, João Ribeiro entra em contato com o clima intelectual europeu (Alemanha, Itália, Inglaterra, França) e retorna renovado, para publicar, em 1902, os seus *Estudos Filológicos*, com visão diferenciada sobre mudança e variação dos fenômenos lingüísticos.

Tomando ainda como referência o último quartel do século XIX, constata-se uma proliferação de gramáticas e de gramáticos considerável, todos empenhados em soterrar os protestos renova-

PURISMO BRASILEIRO

Dialetologia

Parte da lingüística que trata dos dialetos, isto é, das variações lingüísticas de natureza histórica, geográfica, social e funcional.

Forma

Elemento material externo do signo lingüístico: forma fônica, forma gráfica das palavras, das frases, independente do conteúdo.

Conteúdo

Elemento interno, significativo do signo lingüístico (sentido da palavra).



El Parsaso, tela de Nicholas Poussin, século XVII (Fonte: <http://ggpht.com>).

dores e anticlássicos do Romantismo (de muitos de seus escritores) que resultaram em inegável leveza e inovação no uso, no manuseio da língua portuguesa. Esses gramáticos, em suas gramáticas, procuraram, com toda força e vigor, afirmar que a reverência aos clássicos continuava viva. Embora esses gramáticos se revelassem, explicitamente com abundantes cita-

ções de filólogos e lingüistas da época, as suas gramáticas não refletem a língua que então se escrevia e falava, mas um padrão que remetia aos séculos coloniais cujos escritores (clássicos) eram considerados o ideal absoluto.

Todo esse movimento de produção de gramáticas, tendo à frente autores como Júlio Ribeiro – *Gramática Portuguesa*, de 1881, Charles Grivet – *Nova Gramática Analítica da Língua Portuguesa*, de 1881, João Ribeiro *Gramática Portuguesa*, de 1885, Maximino Maciel – *Gramática Descritiva da Língua Portuguesa*, de 1894, entre muitas outras, de maneira mais ou menos radical, revelam-se indignados como o que denominam de *mau uso da língua* que vai do *povo ignorante e analfabeto* a jornalistas e escritores das diversas camadas da sociedade. Nesse sentido, é expressivo o seguinte texto extraído da gramática de Charles Grivet, comprometido com a tradição lusitana e preocupado com manter o **purismo** e a mística dos clássicos. Vejamos:

“Pois pareceu-me que o meio, senão único, ao menos mais adequado para reagir com eficácia contra a decadência crescente da linguagem, era o de pôr em confrontação as loquelas espúrias do tempo presente com as lições dos beneméritos das letras que acomodando genuinamente a arte da palavra aos ditames do bom-senso, isto é, da

Purismo

Atitude de intolerância às variações lingüísticas consideradas como manifestações de fala erradas em relação à norma padrão.

lógica, burilaram o padrão perene das feições características da língua portuguesa”.

Todos esses autores de gramáticas que brotam quase no apagar das luzes (fim) do século XIX, não escondem que também se sustentam, se amparam e se legitimam em escritores românticos que defenderam, veementemente, um português livre de censura gramatical ou uma língua brasileira diferente do português europeu.

Assim, o romântico português Almeida Garrett é evocado, com base em sua obra *Da Educação*, como um escritor, um intelectual, um autor, uma autoridade em defesa do pensamento de a gramática (e seu ensino) ser a base de toda educação do espírito. Nessa mesma direção, referem-se ao autor de *Iracema*, José de Alencar, que continuava, apesar de sua postura reformista, a reverenciar os clássicos, alegando que esse romancista, ao se defender das acusações de que cometia várias incorreções de linguagem, reforçou o uso de citações de autores clássicos, que se dizia conhecer muito bem, embora preferisse construções mais correntes do português de sua época.

No contexto dessa discussão, há inseguranças e contradições. Esse clima de dubiedades vai favorecer à eclosão de uma fase purista no país, sem precedentes na história da língua portuguesa, a ponto de contaminar os próprios gramáticos portugueses e se intensificar nas primeiras décadas do século XX, com a polêmica em torno da redação do Código Civil da República, que se inicia em 1902 e se estende até 1905, com a edição de a *Tréplica*, de Ernesto Carneiro Ribeiro. No entanto, a sanha purista chega às vésperas da Semana de Arte Moderna de 1922, em posições de choque (opostas) entre os escritores Lima Barreto e Monteiro Lobato.

Desse modo, o século XIX se mostrou como um longo período de discussão, de debates, de posições contrárias, de avanços e de retrocessos em torno do papel da gramática na sociedade e da existência de uma língua brasileira diferente de sua matriz (de origem): o português de Portugal. Não raro, essas mani-

festações, ora vernaculistas, ora separatistas, se alinham, no final do século, resultando numa postura purista de dimensão inédita em língua portuguesa.

A professora Nilce Sant'Anna caracteriza o século XIX como possuindo dois períodos bem distintos, em termos de questões lingüísticas e gramaticais: a) o primeiro corresponde às quatro primeiras décadas, em que se concentra todo o esforço pela independência do País. Trata-se de uma fase literariamente pobre e de ausência de um projeto cultural e lingüístico de cunho nacional; b) o restante do século que chega a se prolongar até as duas primeiras décadas do século XX, e que se pode dividir em suas fases: 1) de 1840 a 1880 que se refere ao florescimento do Romantismo no Brasil, com valiosas inovações e busca contunente de uma expressão lingüística brasileira; 2) de 1880 a 1920, em que se estabelecem e se desenvolvem correntes estéticas quase que simultaneamente opostas ao Romantismo (são elas: Realismo,

Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo), com esforço acentuado para uma reaproximação ao padrão lingüístico português (à norma portuguesa), resultando numa intensa preocupação formal, em contraste visível com a tolerância lingüística defendida durante o período anterior.



Cenário da ópera *O Guarani* no teatro Scala, de Milão. Carlo Ferraro, Museu Imperial, Petrópolis (Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br>).

Radicalismos à parte, o século XX procura uma saída mais racional em questões de uso lingüístico e de norma lingüística padrão. O terreno de discussão vai sendo mapeado, preparado por estudiosos e lingüistas que se aproximam do clima intelectual europeu que vai permitir o aparecimento da lingüística moderna, sobretudo com a publicação do *Curso de Lingüística Geral*, de Ferdinand de Saussure, em 1916.

CONCLUSÃO

Para melhor ilustrar essas mudanças de perspectivas e o surgimento de novas concepções, nada mais oportuno do que, nesta conclusão de aula, expor um fragmento do texto de João Ribeiro: *A Língua Nacional*, no qual se materializam os ares de novas tendências culturais e lingüísticas:

“A LÍNGUA NACIONAL” - FRAGMENTO (JOÃO RIBEIRO)

Por vezes temos meditado nas atribuições que sofre o mesmo homem de letras no uso da sua própria língua.

É por simples vaidade, e talvez por esnobismo, que um que outro mais ousado afeta desdém e indiferença pelas questões de gramática.

Não há inteira sinceridade nesse menosprezo. A pecha de incorreção é um percalço terrível.

Daí, o êxito relativo dessas seções jornalísticas que nos instruem nas fantasias do bem falar ou do bem escrever, e nos dizem como se fala e escreve em... Coimbra e Lisboa.

Os conselhos não são lidos com interesse; mas sempre se passa a vista por essas impertinências.

Enfim, convém inteirar-se do que contêm os cartapácios do bom tom, com agrado ou com displicência.

Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras.

Parece-nos oportuno examinar essa questão sob aspectos menos técnicos, e, acreditamos, mais apreciáveis.

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos.

A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar idéias e sentimentos que nos são pessoais.

Já não é a língua que apuramos, é o nosso espírito que sujeitamos a servilismo inexplicável.

Falar diferentemente não é falar errado. A fisionomia dos filhos não é a aberração teratológica da fisionomia paterna.

Na linguagem como na natureza, não há igualdade absolutas; não há, pois, expressões diferentes que não correspondam também a idéias ou a sentimentos diferentes.

Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidades artificiosas e enganadoras.

O fato mais característico (por ser o mais estudado e conhecido) é o da chamada colocação dos pronomes.

Fora daí uma multidão de outros pequeninos fatos que nos atarantam a paciência e dão largas ensanchas aos profissionais do – “que se deve dizer”.

- Uma casa mobiliada.

- Não, senhor; diga uma casa “mobilada” que é como se diz em Lisboa.

- O trem “descarrilhou”...

- Alto lá! Diga “descarrilou”, que é o certo. E “trem” não é palavra de bom cunho. “Comboio” é que é.

Eis o que é intolerável.

Ora pois. Somos um povo; vimos de festejar um século de Independência e não temos mais que uma Gazeta de Holanda cheia de calúnias e mentiras lingüísticas.

A primeira lição elementar de todas as ciências é que objetivamente não pode haver um fenômeno bom e outro mau ou ruim.

Todos os fenômenos são essencialmente legítimos. Todos

os fatos de linguagem, cá e lá, têm igual excelência, como fenômenos.

- Não quero me alongar.

- Perdão! Não “me” quero alongar, ou então, não quero alongar-”me”.

- Não há dúvidas; mas eu digo por um terceiro modo, e, quem sabe, se não estou a criar uma utilidade nova e um delicado matiz que a língua européia não possui! Expressões diferentes envolvem estados de alma diversos.

E aqui chegamos ao nosso intento.

Não podemos, sem mentira e sem mutilação perniciosa, sacrificar a consciência das nossas próprias expressões.

Corrigi-las pode ser um abuso que afete e comprometa a sensibilidade imanente a todas elas.

Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita.

Alterá-los é já uma falsificação e um princípio de insinceridade.

O exame psicológico dos pronomes vai dar-nos uma exemplificação curiosa.

O brasileiro diz comumente:

- Me diga ... me faça o favor...

É esse um modo de dizer de grande suavidade e doçura ao passo que o “diga-me” – e o – “faça-me” – são duros e imperativos.

O modo brasileiro é um pedido; o modo português é uma ordem.

Em – “me diga” – pede-se; em – “diga-me” – ordena-se.

Assim, pois, somos inimigos da ênfase e mais inclinados às intimidades.

Eis o suposto erro que, afinal, é apenas a expressão diversa da personalidade.

E se quisermos uma prova decisiva nesta matéria temo-la



João Ribeiro (Fonte: <http://www.biblio.com.br>).



Academia Brasileira de Letras (Fonte: <http://farm2.static.flickr.com>).

no uso chamado português que também fazemos, quando há necessidades imperativas de mando ou de ênfase. Então, nesses casos, praticamos, sem o saber, a vernaculidade dos pronomes.

Se, entre brasileiros, um ordena que outro se retire, diz logo:

- Safe-se! Raspe-se! Suma-se!

É a ênfase que vernaculiza a expressão, e eis porque não a admitimos onde seria imprópria, excessiva e contrária à nossa índole.

- “Me passe” os cobres... é a fórmula de uma cobrança amigável.

- “Passe-me” os cobres, é já uma intimação violenta, judicial, “manu militari”.

Que interesse temos, pois, em reduzir duas fórmulas a uma única e em comprimir dois sentimentos diversos numa só expressão?

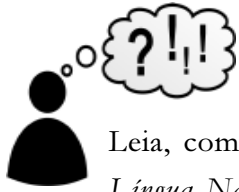
Em geral todas as mutilações por amor da vernaculidade (ou antes do portuguesismo) envolvem qualquer sacrifício dalma, destrói os meios-tons, e os matizes criados sob a luz e o céu americano.



RESUMO

Depois da Independência e sob o fluxo de seu espírito político, a intelectualidade brasileira – escritores notadamente – reage à tradição crítica dos portugueses da metrópole que acusavam os brasileiros de “abastardar a língua” e enxovalhar a gramática. Dessa questão inicial, eclode a polêmica da língua brasileira que domina, por mais da metade do século XIX, todo o espaço de discussão intelectual. No entanto, a partir de 1880, essa polêmica toma outro rumo. O espaço de discussão sobre a existência de uma língua brasileira se dilui e se instala uma mentalidade purista que permeia todas as instituições sociais de uso e zelo

da língua portuguesa, inclusive a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897. Em função desse purismo vigoroso, várias gramáticas foram produzidas e editadas para consolidar as novas propostas vernaculizantes em circulação. Só com o movimento das vanguardas europeias, durante as duas primeiras décadas do século XX, que insuflam idéias estéticas e lingüísticas renovadas, é que o clima purista arrefece e dar lugar às idéias lingüísticas e literárias modernistas.



ATIVIDADES

Leia, com muita atenção, o fragmento do texto extraído de *A Língua Nacional*, do sergipano João Ribeiro. Não esqueça que se trata de um texto escrito em 1921. Após a leitura cuidadosa de toda esta aula, estabeleça (faça) um paralelo entre as idéias lingüísticas e José de Alencar, em defesa da língua brasileira, e as idéias lingüísticas de João Ribeiro contidas no texto em referência. O que existiria de comum entre as duas posições?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A postura de José de Alencar, ao defender a existência de uma língua brasileira, se inseria em um contexto de emancipação política do país, daí um certo fervor nacionalista radical. Esse não é o mesmo contexto vivido, cem anos depois, por João Ribeiro, ao escrever a *A Língua Nacional*, portanto, um ano antes da Semana de Arte Moderna de 1922.

PRÓXIMA AULA



Veja, na aula 20, como se constituiu a norma lingüística do português do Brasil

REFERÊNCIAS

- CÂMARA JR., J. Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Liv. Padrão Ed., 1975.
- _____. **História da Lingüística**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- HOUAIS, Antônio. **O português do Brasil**. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. **História da língua portuguesa**. Vol. V. São Paulo: Ática, 1988.
- PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil: textos críticos e teóricos**. Vol. I – 1820-1920. Fontes para a teoria e a história. São Paulo: LTC – Edusp, 1978.
- RIBEIRO, João. **A Língua Nacional e outros estudos lingüísticos**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio: Presença-MEC, 1976.
- SILVEIRA, Souza. **Lições de português**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1972.